

Resumo: Este artigo discute as contribuições da história cultural para a exegese bíblica. Primeiro, são analisadas as conclusões de dois autores: Peter Burke e Carlo Ginzburg, que vêm nos ensinando por seus trabalhos que toda pesquisa histórica conta tanto com a análise de documentos antigos como com interpretações e conjecturas. Depois, o artigo fala sobre os métodos exegéticos histórico-críticos e sobre sua necessidade de atualização a partir das conclusões tiradas da história cultural.

Palavras-chave: Exegese; método histórico-crítico; história cultural; Peter Burke; Carlo Ginzburg.

Foi a partir de um convite do Dr. Paulo Nogueira, da Universidade Metodista de São Paulo, que pesquisamos a respeito da história cultural, tendo em vista a aplicação de alguns de seus principais conceitos na análise da literatura bíblica, nosso verdadeiro campo de pesquisa. O convite se justifica, principalmente, pela constatação de que a metodologia exegética, que no Brasil ainda está estreitamente ligada ao chamado *método histórico-crítico*, cujas origens remetem às influências iluministas que marcam a Idade Moderna,¹ carece de atualizações em diversos aspectos. Vamos, então, fazer uma leitura de dois trabalhos de historiadores da atualidade em busca desses novos conceitos e métodos, depois

* O autor é bacharel em música (violão erudito) pela Universidade Cruzeiro do Sul (São Paulo, 1999), especialista em Bíblia, com ênfase na tradição profética (2008), e mestrando em Ciências da Religião (Literatura e Religião no Mundo Bíblico) do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo.

¹ SCHNELLE, Udo. *Introdução à exegese do Novo Testamento*, p. 11.

discuti-los diante da nossa antiga maneira de fazer exegese e avaliar quanto essas leituras têm a oferecer aos biblistas.

A primeira obra que comentaremos é do professor de História da Cultura Peter Burke, livro intitulado *O que é história cultural?*, publicado no Brasil pela primeira vez em 2005 pela editora Jorge Zahar, e reeditado pela mesma editora em 2008. O livro foi escolhido porque nos oferece uma exposição geral sobre a disciplina, contando sua história de forma panorâmica e procurando informar os leitores iniciantes sobre essa forma de se fazer história. Burke desenvolve seu trabalho oferecendo inúmeros exemplos através de breves resenhas de trabalhos importantes da área, o que tanto nos mostra a variedade metodológica da disciplina como nos oferece uma amostra dos resultados já alcançados. Em seguida, ampliaremos a discussão através de um trabalho de outro historiador da cultura, o micro-historiador italiano Carlo Ginzburg. Trata-se de um artigo contido em *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, livro que reúne uma série de artigos do autor. Dessa coleção de artigos abordaremos apenas um, listado como apêndice, cujo título é “Provas e possibilidades”. Nele, Ginzburg analisa o posfácio de Natalie Zemon Davis a *O retorno de Martin Guerre* e aproveita para discutir o caráter conjectural da investigação histórica em geral, tema que mostrar-se-á de grande valor para os exegetas bíblicos.

Como o que nos importa são os novos conceitos que guiam os historiadores da cultura para sua aplicação no estudo dos textos bíblicos, nossa leitura será bastante seletiva, crítica. Deixaremos para a última parte a tentativa de aplicar o conhecimento adquirido à exegese bíblica, confrontando-o com os princípios que norteiam os tradicionais métodos da disciplina. Nosso trabalho, obviamente, não pretende esgotar o tema, antes suscitar debates a respeito da aplicabilidade da história cultural no estudo da Bíblia no Brasil e, quiçá, apontar novos caminhos para os estudiosos da religiosidade judaica antiga em geral.

O que é história cultural? Uma visão panorâmica da história da história cultural por Peter Burke

Ainda que o livro de Peter Burke descreva a história da história cultural através de consecutivas resenhas de obras que o autor considera importantes, interessa-nos especialmente a revolução na história cultural que acontece a partir da década de 1980 e que exerceu um papel marcante entre os pesquisadores de todo o mundo. Burke mostra que,

entre outras coisas, a principal causa dessa revolução foi a influência do pensamento de filósofos construtivistas² sobre a investigação histórica, que relativizou conceitos que sempre foram fundamentais para toda pesquisa histórica anterior.³

Por exemplo: em geral, acreditava-se até aquele momento que a partir do exame de documentos da Antiguidade era possível reconstruir o passado, ou pelo menos uma parcela dele, de maneira concreta, mas a crença nessa objetividade histórica, na possibilidade de contato com uma realidade passada, foi substituída pela ideia relativista de que toda reconstrução histórica depende ativamente do historiador e da sua interpretação particular dos documentos antigos, o que significa dizer que a realidade histórica será diferente a cada reconstrução feita. Começava-se a reconhecer que nenhuma realidade podia ser plenamente reconstruída ou descrita, quanto mais uma realidade antiga, soterrada por várias e várias camadas de tempo; o que chamamos de “real” passou a ser um conceito ambíguo, já que agora se reconhecia que a realidade de cada indivíduo é na verdade construída por ele e não pode ser compartilhada nos mesmos moldes por outrem. Noutras palavras, cada vez mais se aceitou que cada um de nós constrói sua própria realidade a partir do contato com o mundo exterior.

Foi assim que se passou a questionar até que ponto uma fonte histórica correspondia realmente ao objeto representado. Seria necessário que toda fonte fosse analisada como sendo uma “construção” de alguém que representava um ponto de vista particular do momento histórico. Viu-se, continuando com os exemplos, que, em relação a um mesmo fato histórico, uma era a visão das elites e outra completamente diferente a das classes subalternas; e que em vista disso os historiadores teriam de lidar com a imprecisão dos documentos através de interpretações, e com o valor relativo dos resultados de seus trabalhos.

² Na definição de Fernando Becker, professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, construtivismo é: “[...] a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento”. Cf. BECKER, Fernando. *O que é construtivismo?* Disponível em: <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:qVwDWW96MrMJ:scholar.google.com/+construtivismo&hl=pt-BR&as_sdt=2000>.

³ BURKE, Peter. *O que é história cultural?*, p. 100-102.

Burke alude à sua obra *A fabricação do rei* (1992), que estuda o rei Luís XIV e as formas como a imagem pública do monarca era conscientemente construída. Diz que até mesmo os menores gestos de Luís XIV eram ensaiados a fim de que, forjando a imagem ideal de si mesmo, fortalecesse sua monarquia. Pergunta, a seguir, como essa imagem construída pelo rei era recebida pelos súditos e como ela realmente afetava a situação política, e a investigação passa dos documentos oficiais para as representações do mesmo rei em poemas, anedotas populares e jornais, que são estudadas a fim de se conhecer a maneira com que essa imagem era recebida e retratada por outras pessoas. Sem dúvida, havia grande diferença entre o rei ideal construído pelos profissionais e o que era representado pela plebe, assim como o próprio rei possuía faces diferentes dependendo de onde se encontrava.⁴ Neste tipo de investigação histórica não se objetiva a reconstrução perfeita do rei Luís XIV, o que nos é deveras inacessível, mas o estudo das diferentes maneiras pelas quais uma mesma personalidade pode ser representada, as leituras também diversas dessas representações, as influências dessas leituras no panorama social, político e cultural etc. Por isso, essa é a história da cultura em torno de Luís XIV, não a história do rei.

O panorama desenhado por Peter Burke ainda fornece ao leitor uma série de exemplos, dentre os quais podemos destacar o estudo de correspondências (cartas), interessante por mostrar como as pessoas modificam a caligrafia e até mesmo sua linguagem e personalidade de acordo com os destinatários, construindo uma imagem própria que parece adequar-se bem ao momento específico. A consequência é que toda biografia deve ser escrita a partir daquilo que Burke chama de “ocasionalismo”,⁵ levando em conta as diferentes faces que um mesmo personagem pode adquirir dependendo das exigências de cada ocasião.

Aplicando brevemente esses conceitos aos movimentos religiosos e políticos, Burke nos faz lembrar das grandes diferenças que normalmente existem entre os fundadores desses movimentos e a imagem que os diversos seguidores constroem desses fundadores com o passar do tempo. Segundo o autor, as grandes personalidades alcançaram êxito a longo prazo precisamente por significarem muitas coisas diferentes para muitas pessoas

⁴ Ibid., p. 114-116.

⁵ Ibid., p. 116-119.

diferentes. Posteriormente, quando os seguidores tentam interpretar a mensagem do fundador, as contradições latentes se tornam manifestas e surgem diferentes ramificações de um mesmo movimento, todas reivindicando o *status* de “verdadeiro seguimento”.⁶ Essas ramificações (que continuarão a se ramificar ao longo do tempo) nada mais são do que formas diferentes de interpretar dados históricos, e devemos compreender que nenhuma delas chegará a reconstruir perfeitamente o movimento idealizado por seu fundador, ao mesmo tempo que nenhuma dessas leituras poderá ser considerada completamente errônea e sem valor.

Antes de encerrar seu livro panorâmico, Burke ainda apresenta algumas previsões próprias a respeito do futuro da nova história cultural. Ele esboça brevemente três caminhos que considera prováveis: o primeiro seria um retorno à história cultural tradicional – a cultura das elites, deixada em segundo plano nas últimas décadas, pode voltar a ser pauta de novos estudos, agora a partir das contribuições ao modo de ver o passado deixadas pela história das culturas. O segundo caminho apontado por Burke é a expansão dos estudos históricos para domínios pouco explorados antes e nos fornece alguns exemplos, como o estudo da *cultura da violência* ou da *cultura da percepção*. O terceiro e último caminho seria uma reação contra a redução construtivista da sociedade conforme tem feito a nova história cultural. Tais reações são esperadas principalmente porque, conforme o próprio Burke assinala, a história cultural ainda possui problemas a ser resolvidos, como a falta de clareza metodológica e a extrema fragmentação dos temas abordados pelos pesquisadores. Em resumo: seja qual for o futuro da história cultural, o que se espera é que as valiosas contribuições dessa nova vertente dos estudos históricos não sejam descartadas; espera-se que depois de tudo isso não voltemos a ler os documentos históricos com ingenuidade, interpretando-os como testemunhos sempre verdadeiros, transparentes, dando pouca ou nenhuma atenção à visão humana e limitada que está por trás dos mesmos.⁷

Provas e possibilidades: reflexões sobre os limites da história por Carlo Ginzburg

⁶ Ibid., p. 130.

⁷ Ibid., p. 162-163.

No segundo texto que trazemos para contribuir com esta discussão sobre os limites da pesquisa histórica, Carlo Ginzburg parte do estudo de um texto de Natalie Zemon Davis⁸ e, como de costume, investiga documentos que possam ter inspirado o autor que examina e passeia pelos diversos comentários e interpretações feitos sobre o texto principal. Contudo, não é o texto que ele examina que nos interessa aqui, mas as conclusões a respeito da história a que sua análise o conduz.

Neste caso, ainda nas primeiras páginas, Ginzburg destaca do texto de Davis a expressão “laboratório historiográfico”. A expressão se refere ao modo como Davis via na montagem do filme de seu próprio livro a possibilidade de experimentar e criar entre as lacunas deixadas pelos documentos, gerando não “verdades históricas”, mas “possibilidades históricas”. Ou seja: aquilo que os documentos não permitiam alcançar era preenchido com criatividade, e o resultado não é apenas um filme mais envolvente, mas também uma espécie de história repleta de coisas que, se não foram verdadeiras, poderiam ter sido. A esse respeito Ginzburg escreve demonstrando, surpreso, que as experiências sempre foram vedadas aos historiadores, mas que na concepção de Davis o uso de criações para unir os fatos recuperados pelos documentos é também fazer história; e mais adiante comenta que “a pesquisa (e a narração) de Davis não é centrada na contraposição entre ‘verdadeiro’ e ‘inventado’, mas na integração, sempre escrupulosamente assinalada, de ‘realidade’ e ‘possibilidades’”.⁹

Diante da possibilidade de se escrever a partir dessa oposição entre “realidade”, formulada a partir das provas que os documentos históricos lacunares nos permitem identificar, e “possibilidades”, o preenchimento dessas lacunas feito com base nas informações históricas e na criatividade com a finalidade de enriquecer a descrição, Ginzburg volta-se para o trabalho dos romancistas, e constata que, em geral, quando o romance, como gênero, ganhou prestígio e deixou de ser considerado inferior à história pelo seu caráter ficcional, algumas obras chegaram a ser chamadas de *romances históricos*.¹⁰ A grande descoberta de Ginzburg, todavia, não é a de que romancistas, como

⁸ Natalie Zemon Davis é professora da Universidade de Princeton. O texto ao qual Ginzburg se refere é o posfácio a *O retorno de Martin Guerre*, que a autora publicou pela primeira vez em 1982. A obra traz a reconstituição da vida de um camponês da França do século XVI, e posteriormente foi transformada em filme.

⁹ GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades, p. 315.

¹⁰ Ibid., p. 322-323.

Tolstói em *Guerra e paz*, se fundamentaram em fatos históricos bem documentados para construir seus personagens fictícios, mas que nesse ato de preenchimento das lacunas da história os romancistas acabaram por esboçar as primeiras histórias culturais, que descreviam os costumes, as relações entre pessoas comuns que a história clássica fez questão de esquecer. A história das culturas, como não foi devidamente preservada pela voz dos documentos históricos, quase sempre elitistas, passou a contar exatamente com essa reconstrução indireta, que em grande medida é uma criação do historiador.

Há no artigo de Ginzburg uma citação da introdução de Giambattista Bazzoni ao seu *Falco della Rupe, o la guerra di Musso*, que em parte vale a pena repetir aqui:

O Romance histórico – escrevia ele – é uma grande lente que se aplica a um ponto do imenso quadro [pintado pelos historiadores, povoados pelos grandes personagens; desse modo] o que mal era visível recebe as suas dimensões naturais [...] Não mais o reis, os duques, os magistrados de sempre, mas a gente do povo, as mulheres, as crianças fazem sua aparição; são postos em ação os vícios, as virtudes domésticas, e patenteada a influência das instituições públicas sobre os costumes privados, sobre as necessidades e as felicidades da vida, que é o que, no fim das contas, deve interessar à universalidade dos homens.¹¹

Foram, portanto, na conclusão de Ginzburg, os romancistas do século XIX os pioneiros da história cultural. Partiu deles o desafio que só depois de mais de cem anos os historiadores aceitaram, o de se voltar para campos de pesquisa desprestigiados na historiografia anterior.¹² Atualmente, as afirmações feitas a partir das interpretações dos documentos históricos se tornaram tão relativas (como vimos através da leitura de Peter Burke) que é até difícil distinguir os romances ficcionais das obras historiográficas, ambos repletos de informações que, na maioria das vezes, não passam de possibilidades.¹³

Como conclui Ginzburg, o prestígio dos historiadores de um século atrás se fundamentava na ideia de que retratavam o passado com precisão. Nesse exercício comparado com a investigação jurídica não havia lugar para conjecturas. Mas vemos que, desde que lhes foi vedada tal acessibilidade ao passado histórico e se constatou que a descrição dos romances explorava por meio da criatividade novas e importantes nuances do

¹¹ Citado em: GINZBURG, Provas e possibilidades, p. 323.

¹² GINZBURG, Provas e possibilidades, p. 326.

¹³ Ibid., p. 329, 335.

passado que a historiografia jamais explorara, romancistas e historiadores tornaram-se apenas dois artistas responsáveis não apenas por reconstruir a história e o passado, mas também por ilustrá-lo com a junção de investigação e imaginação.

O método de Carlo Ginzburg, que une micro e macro-história, e que além das análises das fontes documentais ainda permite que a narrativa historiográfica conduza o leitor pelas conjecturas das possibilidades históricas, pode ser resumido nas palavras de Jacqueline Hermann:

[...] a história cultural tal como concebida por Carlo Ginzburg se interessa pelo detalhe e pelo contexto, pelas micro e pelas macroquestões que, articuladas, podem nos aproximar um pouco mais de nossos antepassados. Decifração de indícios, ciência do particular, a história cultural se move em terreno acidentado e misterioso e, sem prescindir jamais das fontes, autoriza alguns voos [...]¹⁴

Os limites do método histórico-crítico

Finalmente, vamos tratar, ainda que brevemente, das limitações do método histórico-crítico, que, mesmo sendo fruto do humanismo e da Reforma Protestante do século XVI, permaneceu dominante no exercício da interpretação bíblica até o século XX. O problema que queremos colocar em pauta é o tradicional posicionamento desse método ou agrupamento de métodos em relação aos eventos do passado, posicionamento que é similar àquele dos historiadores clássicos. Veremos qual caminho tem trilhado a superação desse problema e procuraremos fornecer algumas sugestões para o uso das concepções extraídas da nova história cultural na exegese bíblica.

O método histórico-crítico e a Bíblia como fonte histórica

Em resumo: a exegese bíblica tradicional baseada no método histórico-crítico encontra sua limitação principalmente porque, concebendo a Bíblia como documento histórico, acredita que por meio dela pode-se ter acesso à sua época de origem, e mais

¹⁴ A citação é do texto *A história cultural de Carlo Ginzburg*, da professora de História Moderna Jacqueline Hermann, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0013.htm>>.

ainda, à intenção original do seu autor. Os exegetas insistiram que era possível compreender o significado dos textos bíblicos a partir do ponto de vista de seus próprios autores ou primeiros leitores, e tal ideia ainda não está superada por completo. Horácio Simian-Yofre, por exemplo, definiu assim os métodos histórico-críticos: “[...] podem-se descrever os métodos histórico-críticos como aqueles que, de um ponto de vista histórico, buscam explicar todo texto a partir de seus pressupostos e entender sua intenção original”.¹⁵ Uwe Wegner, em seu manual de metodologia exegética do Novo Testamento, também define a exegese de maneira semelhante, dizendo que uma das tarefas da exegese “[...] é permitir que possa ser ouvida a intenção que o texto teve em sua origem”.¹⁶ Não é por acaso que um dos passos sugeridos pelo método histórico-crítico seja a análise da historicidade dos textos, como se a constatação de que há textos deuteropaulinos devesse influenciar nossa interpretação. Até hoje alguns leitores acreditam que passagens criadas pelo autor do Evangelho de João no início do segundo século são inferiores àquelas que supostamente preservam ditos do Jesus histórico. Esses julgamentos ainda estão firmados sob a autoridade de certos indivíduos mais *santos*, os verdadeiros *ungidos*, e também pela ideia de que a narrativa de um evento que nunca aconteceu fora do texto possui valor menor.

Para discutir a superação dessas definições vamos recorrer primeiro a outra citação, agora palavras do professor de Literatura Hebraica Robert Alter:

[...] o texto bíblico é ao mesmo tempo múltiplo e fragmentário [...] o que temos, na realidade, é uma costura contínua de textos anteriores, provenientes de tradições literárias divergentes, inclusive de tradições orais, com interferências, menores ou maiores, de revisões posteriores na forma de glosas, costuras, fusões, e assim por diante.¹⁷

Se, como temos visto, é questionável toda reconstrução de um passado histórico através da análise de qualquer objeto, o que dizer quando o que temos em mãos é um documento como a Bíblia, sabidamente fruto de autoria coletiva e gradual, composto em tempos remotos que apenas de forma lacunar conseguimos descrever? Entretanto, podemos dizer, para amenizar nossa crítica, que a superação do método histórico-crítico não precisa,

¹⁵ SIMIAN-YOFRE, Horácio (coord.). *Metodologia do Antigo Testamento*, p. 74-75.

¹⁶ WEGNER, Uwe. *Exegese do Novo Testamento*; manual de metodologia, p. 13.

¹⁷ ALTER, Robert. *A arte da narrativa bíblica*, p. 198.

a princípio, ser completa, já que aqui criticamos apenas os conceitos superados que este método disseminou a respeito da ligação entre o texto e seu autor e período histórico. Essa ressalva é importante, pois poderíamos ir para outro extremo e descartar as contribuições que tal método nos deu ao longo de tantos séculos. Contudo, a urgência de se abandonar tal conceito de objetividade histórica na prática exegética nos parece inquestionável.

O descaso histórico dos métodos estruturalistas e a alternativa da história da recepção

Em oposição a essa concepção ingênua em relação à acessibilidade do passado histórico que envolveu a produção dos textos bíblicos, os métodos estruturalistas, consagrados por obras de estudiosos franceses do século XX, fizeram experimentos interpretativos em obras literárias diversas e também em textos bíblicos, e isso sem se preocupar demasiadamente com as distâncias históricas que os separavam da composição dessas obras. Análises de narrativas bíblicas famosas, como as de Erich Auerbach – em *Mimésis*¹⁸ – e Roland Barthes,¹⁹ ainda inspiram exegetas de toda parte, embora não tenham contribuído significativamente para o estudo de textos não narrativos, como os salmos, ditos proféticos e sentenças proverbiais.²⁰

A reação dos adeptos do método histórico-crítico ao estruturalismo se deu principalmente pelo desinteresse desse último pela origem e evolução dos textos,²¹ mas para o estudo da literatura em geral o estruturalismo demonstrava que a busca pela intenção do autor é inatingível, e provava que para a interpretação de textos antigos a investigação da biografia do autor não importava. Outra contribuição derivada dessa escola estruturalista

¹⁸ Em *Mimésis: la representación de la realidad en la literatura occidental* (tivemos acesso primeiro à tradução para o espanhol, porém a obra foi publicada em língua portuguesa pela editora Perspectiva), obra clássica de Erich Auerbach, são analisados paralelamente no primeiro capítulo os textos de Gn 22 e o canto XIX da *Odisseia*. O autor, que não esboça qualquer tentativa de investigar a época de composição dos textos, faz importantes apontamentos a respeito das características literárias das narrativas veterotestamentárias.

¹⁹ Em *A aventura semiológica* (São Paulo: Martins Fontes, 2001), entre outros, há dois artigos (p. 249-301) em que Roland Barthes faz análises de textos bíblicos. A primeira é sobre At 10-11, a segunda é sobre Gn 32,23-33. Esses são bons exemplos de como a preocupação do autor recaía principalmente sobre as estruturas do texto, que sugeriam grandes possibilidades de leitura de um mesmo texto.

²⁰ SIMIAN-YOFRE, *Metodologia do Antigo Testamento*, p. 121.

²¹ Veja, por exemplo, o ponto de vista de Uwe Wegner a respeito do método estruturalista em *Exegese do Novo Testamento*;..., p. 16-17.

é a valorização do papel do leitor ou intérprete. Baseando-se em H. G. Gadamer, José Adriano Filho escreveu que, “ao passar de um contexto cultural a outro, o texto ganha novas significações, as quais nem o autor nem os primeiros leitores haviam previsto”.²² A interpretação não deve ser, conseqüentemente, uma busca pelos significados originais de um texto como se a leitura dos antigos fossem únicas ou mais precisas, mas a distância temporal entre a origem do texto e o seu leitor cria um novo horizonte interpretativo que merece nossa atenção.

Passou-se, então, a valorizar como nunca as diversificadas interpretações e utilizações de um mesmo texto ao longo do tempo, o que se tornou o material de estudo de uma nova disciplina, ainda em expansão, chamada *História da Recepção*, que, por sua vez, enfatiza ainda mais, através da análise das contraditórias interpretações que um mesmo texto é capaz de originar com o passar do tempo, como são transitórias as intenções autorais que os exegetas “descobriram” ou “inventaram”, e demonstra como cada leitura, por mais divergente que seja das demais, pode ser julgada não em relação ao “sentido original” de um texto, mas a partir da metodologia empregada pelo intérprete e pelo valor que esta leitura tem para a sua própria geração.

Escrevendo sobre o atual andamento da *história da recepção* na Grã-Bretanha, Alexander L. Milton disse: “Rompeu-se a ligação entre a intenção do autor e o significado do texto. O texto libertado do seu contexto original torna-se objeto de uma meditação imaginativa quase sem limites [...]”.²³ Sem dúvida, os exemplos apresentados por Milton são interessantes e nos mostram que, em vez de dedicarmos nossos esforços na pesquisa sobre a história da origem do texto somente, qualquer período de sua leitura pode ser alvo de estudo. No entanto essa abertura *quase* ilimitada, esse pressuposto que torna válido *quase* toda interpretação, tornou-se também motivo de acalorados debates.

Em *Interpretação e superinterpretação*, obra que reúne o conteúdo de conferências realizadas em Cambridge em 1990, Umberto Eco trata desses problemas chamando a atenção para a necessidade de se impor alguns limites para a interpretação de textos. Nas suas palavras: “Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato

²² ADRIANO FILHO, José. O método histórico-crítico e seu horizonte hermenêutico, p. 37.

²³ MILTON, Alexander L. História da recepção da Bíblia: novos enfoques na pesquisa britânica, p. 85.

de interpretação possa ter um final feliz”.²⁴ Eco propõe, então, que entre a intenção do autor, que, como temos visto, é inatingível, e a intenção do leitor, que em muitos casos resulta em interpretações infelizes, há a intenção do próprio texto. O que seria necessário, então, é o conhecimento das estruturas linguísticas de cada gênero literário e de cada texto a ser interpretado, para que se reconheçam os limites interpretativos impostos pelo próprio texto.

Deveras, as impressões causadas pela história da recepção ainda produzirão debates, e desses debates novos limites e saídas serão apresentados. No entanto, mesmo neste período de discutidas possibilidades e tentativas, não notamos qualquer retorno à busca pela historicidade dos textos como sendo fator decisivo na interpretação, a não ser por parte de alguns biblistas.

Contribuições da pesquisa para a exegese bíblica

Para encerrar este artigo, que pretendia constatar e ressaltar o problema ainda existente na abordagem historicista da exegese bíblica, perguntamo-nos sobre que contribuições as leituras que fizemos de Peter Burke e Carlo Ginzburg podem nos oferecer para a interpretação bíblica. Em primeiro lugar, tais leituras demonstram quanto é infrutífera a tradicional busca pela intenção do autor na exegese bíblica, motivo pelo qual a abordagem dos textos bíblicos baseada no método histórico-crítico deve ser repensada. Todavia, as transformações constatadas nas obras dos historiadores da cultura não nos conduziram a um impasse intransponível, antes nos abriram os olhos para o modo como a historicidade dos textos possui importância relativa na exegese, e também voltaram nossa atenção para outras formas mais recentes de abordar os textos antigos. O método estruturalista, por exemplo, serviu-nos para que alcançássemos melhores resultados na análise literária; forneceu-nos novos e importantes instrumentos sem que, contudo, o julgássemos suficiente. Continua sendo necessário para a exegese bíblica o estudo simultâneo do texto através de uma abordagem literária, juntamente com a investigação histórica que relaciona o conteúdo do texto a outras fontes que a ele se ligam por similaridades históricas, sociais, políticas ou econômicas. Mas, a exemplo do que lemos em Peter Burke, o exegeta deve estar consciente do elemento conjectural que envolve todo o

²⁴ ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*, p. 28.

seu trabalho de pesquisa feito a partir de dados lacunares e de realidades construídas pelos escritores bíblicos.

A busca pelo passado não se transformou num empreendimento inútil em decorrência da descoberta de sua forte característica conjectural, Carlo Ginzburg nos dá ao longo dos seus textos diversos exemplos de como pode ser proveitosa a análise de uma grande variedade de fontes, sejam elas textuais ou não, mostrando-nos como todas as possíveis referências intertextuais podem ser investigadas acuradamente em busca de novas luzes para a exegese. Pode-se dizer, então, que é preciso uma *re-significação* da tradicional crítica das fontes, que abordava esta investigação sob um ponto de vista fortemente biográfico, onde se tinha como alvo não a análise das relações do texto com outras fontes que porventura o influenciaram, mas a reconstrução da biblioteca visitada pelo suposto autor.²⁵ A procura quase arqueológica que empreendemos atrás das fontes que de alguma forma se integram num texto bíblico deve, acima de tudo, ambicionar a análise das inúmeras formas pelas quais tal influência intertextual transparece num texto. O estudo nos revela, algumas vezes, significados que de outra forma permaneceriam ocultos. Outras vezes mostra-se de suma importância conhecer o modo como o texto que recebe a influência trabalhou uma tradição escrita ou da memória que circulava no seu tempo. Enfim, é o estudo do próprio texto e de suas relações, e não da biografia do seu autor, que deve importar ao exegeta. Assim como os historiadores recorrem não apenas à memória literária, mas também a documentos históricos de outras áreas, como a arte e a arquitetura, essa nova maneira de fazer crítica das fontes não precisa limitar-se à comparação entre textos contidos no cânon bíblico.

Por fim, chegamos à conclusão de que as tradicionais introduções e comentários bíblicos, que tratam de maneira genérica sobre o contexto e a teologia de todo o Antigo ou Novo Testamento, e que gastam inumeráveis páginas reconstruindo a suposta biografia do autor, são exemplos de abordagens bíblicas que já não devemos seguir. Além de continuarem ligadas a uma tradição historiográfica que atualmente é combatida (a da macro-história baseada exclusivamente no estudo das grandes realizações políticas e militares das elites), essas obras tratam o passado histórico como uma realidade

²⁵ SAMOYAUULT, Tiphaine. *A intertextualidade*, p. 17.

perfeitamente reconstituível, e sem o devido cuidado aplicam suas conclusões à análise dos textos bíblicos como se isso nos conduzisse à verdade do texto.

Sem dúvida, muitos de nós ainda nos pegaremos fazendo acepções a textos e textos com base na autoridade pessoal de seu suposto autor, e provavelmente ainda deixaremos que as hipotéticas biografias que contam a infância desses autores nos conduzam a conclusões sobre os textos. Entretanto, já passamos da hora de assimilar as contribuições da história cultural em nossa prática exegética, a fim de que nossas leituras falem não somente a língua do povo, mas a língua do século XIX.

Bibliografia

ADRIANO FILHO, José. O método histórico-crítico e seu horizonte hermenêutico. *Estudos da Religião*, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, ano XXII, n. 35, p. 28-39, 2008.

ALTER, Robert. *A arte da narrativa bíblica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades. In: *O fio e os rastros; verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HERMANN, Jacqueline. *A história cultural de Carlo Ginzburg*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0013.htm>>.

MILTON, Alexander Leslie. História da recepção da Bíblia: novos enfoques na pesquisa britânica. *Oracula*, São Bernardo do Campo, v. 1, n. 2, p. 85-99, 2005.

SAMOYAULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. São Paulo: Hucitec, 2008.

SCHNELLE, Udo. *Introdução à exegese do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2004.

SIMIAN-YOFRE, Horácio (coord.). *Metodologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2000.

WEGNER, Uwe. *Exegese do Novo Testamento; manual de metodologia*. São Leopoldo/São Paulo: Sinodal/Paulus, 1998.